

O jogo entre apropriação e evitação na produção dos lugares da metrópole¹

El juego entre apropiación y evitación en la producción de los lugares de la metrópolis

The Interplay between Appropriation and Avoidance in the Production of the Places of the Metropolis

Álvaro Luiz Heidrich

alvaro.heidrich@ufrgs.br

Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Resumo: este artigo traz as reflexões da pesquisa sobre o compartilhamento do espaço social metropolitano da cidade de Porto Alegre. A análise foi orientada para a observação de práticas espaciais de seu cotidiano voltadas para os usos do espaço que refletem o convívio ou o compartilhamento com os outros em situação de rua ou aproximação de situação de rua. Em boa medida a pesquisa revela que esse compartilhamento é tenso e disputado, embora pareça tranquilamente acomodado e assimilado sem maior estranhamento. Contudo, se percebe que a ocupação e o uso ajustam-se em microterritórios diferenciados, enunciadores de significados próprios e afastados uns dos outros em termos de estilo de vida.

Palavras chave: espaço social metropolitano, compartilhamento, cotidiano, lugares da metrópole, prática espacial.

Resumen: En este artículo se trabaja con las reflexiones de la investigación sobre el compartir del espacio social metropolitano de la ciudad de Porto Alegre. El análisis priorizó la observación de prácticas espaciales de la cotidianidad no orientadas hacia la producción, sino hacia los usos del espacio que reflejan la convivencia o el compartir con los demás en situación de calle o en una situación cercana a la de calle. En buena medida, la investigación revela que ese compartir es tenso y disputado, aunque parezca tranquilamente arreglado y asimilado sin mayor extrañamiento. Sin embargo, se observa que la ocupación y el uso se acomodan en microterritórios diferenciados, enunciadores de significados propios y apartados unos de los otros en términos de estilo de vida.

Palabras clave: espacio social metropolitano, compartir, cotidianidad, lugares de la metrópolis, práctica espacial.

Abstract: This paper presents reflections about sharing the metropolitan social space of the city of Porto Alegre. The analysis was oriented toward the observation of spatial practices of its quotidian not aimed at the production, but at the uses of the space that reflect the relationships and the sharing with others in situation of homelessness or

¹ Este texto se baseia nos resultados da pesquisa *Porto Alegre Metrópole-meio*, realizada com fomento do CNPq, no período de 2013-2015. O tema foi explanado em conferência proferida no I Congresso de Geografia Urbana da Universidade Nacional de Luján, San Miguel, 25 de agosto de 2015.

the approximation with this situation. The research broadly reveals that this sharing is tensed and disputed even though it seems calmly accommodated and assimilated with no surprise. However, occupation and usage are established in differentiated micro-territories, enunciating proper significances and apart from each other in terms of lifestyle.

Keywords: metropolitan social space, sharing, quotidian, places of the metropolis, spatial practice.

INTRODUÇÃO

As observações desta exposição foram extraídas da pesquisa sobre o compartilhamento do espaço metropolitano que realizei para a cidade de Porto Alegre. Nesta investigação procurei compreensão de seu espaço em vista de que em termos de apropriação do solo ele se revela com conteúdo fortemente, e em grau crescente, segregado e segregacionista. Muito embora não se tenha pretensão de exercitar um procedimento indutivo, considerando estas notas com validade universal, vejo o empírico aqui trazido como uma referência da cidade que vem se tornando espaço-mundo.

Cada vez mais o espaço metropolitano é condensador das tendências gerais do cotidiano e das práticas sociais que se encontram espalhadas pelo mundo. A vida normal conduzida pelas condições históricas de reprodução do capitalismo nos coloca a maior parte da ocupação do tempo envolvido com a produção e o consumo. As relações aí estabelecidas também perpassam cada vez mais a convivência com os outros, como o lazer e as atividades culturais. Devido a esse cotidiano se dar sob a hegemonia das relações de troca, quase nada escapa ao mercado. Todavia, seja em função de que muitas relações ocorram em espaços públicos ou possuam relação com o natural, tendemos ao pensamento de que somos livres. De fato, somos livres para praticar. No entanto, vivemos no espaço social – como um meio – que nos oferece estrutura e maneiras.

A metrópole é, além das estruturas físicas, de um espaço material organizado, um espaço autenticamente social, das relações e das práticas, como são todas as cidades. Por sua condição metropolitana – um espaço condensado do próprio mundo (CARLOS, 2001) – é um espaço social convergente das tendências gerais e globais, notadamente do que é hegemônico. Contudo, o caráter concebido desse espaço, faz parte de um jogo no qual os esforços de apropriação também constituem a cena (LEFEBVRE, 2000). Apropriação do espaço se refere a constituição de um espaço próprio e, por isso, difícil de vê-la na temporalidade do neocapitalismo moderno. Aqui neste artigo, embora algumas práticas referidas possam se encontrar em tensão dialética com intenção de algo nessa direção, não se efetiva em permanência. Poderiam aproximar-se da prática do desvio, por isso o sentido mais adequado para a expressão aqui utilizada é a de ver a apropriação de espaço como prática instauradora de múltiplas feições das territorialidades humanas (para melhor esclarecimento ver Heidrich, 2017). É um espaço pleno dessas tensões.

Lugar de expressão dos conflitos, afrontamento-confrontações; lugar do desejo ou onde os desejos se manifestam, na metrópole se circunscrevem as ações e os atos do

sujeito; aí se encontram os vestígios do que podemos chamar “harmonia dissonante”, (...) da manifestação da experiência individual e da experiência socializante (...), produto de uma multiplicidade de trocas de todos os tipos que produz a sociabilidade na cidade. Reproduz-se na contradição entre a eliminação substancial e a manutenção persistente dos lugares de encontros e reencontros, da festa, da apropriação do público para a vida (CARLOS, 2001, p.33-34).

O seu aspecto de meio é de um espaço impregnado de técnica e comunicação e, por isso, de maior aproximação com a integração socioeconômico-cultural de âmbito global. Compartilhamos um único sistema técnico nessa era de capitalismo tecnológico (SANTOS, 1996) e a metrópole nos oferece a condensação dessa universalidade, na qual os conteúdos culturais particulares são movidos pelo encadeamento de cada parte com o todo, por meio das mediações técnicas.

A condensação técnica e comunicacional proporcionada pelo meio metropolitano é essencial para a contemporânea supremacia dos fluxos sobre os fixos. Paradoxalmente, porém, essa crescente integração proporciona isolamento, pois ao mesmo tempo em que se participa cada vez mais dos planos gerais de articulação social, cada vez menos as ações são pessoais, comunitárias e a coletividade se mantém por causa das estruturas e dos reconhecimentos formais (HEIDRICH, 2007).

A distribuição e o arranjo dos objetos na cidade não são auto-explicativos, necessitando-se que se compreenda sua essência informacional. Ou seja, a funcionalidade e a informação que os objetos carregam (SANTOS, 1996). As práticas e os lugares em que se delineiam também solicitam esse esforço e, por isso, igualmente requerem a compreensão de seus conteúdos simbólicos.

A conotação desse espaço social metropolitano nos dá indicações de certo esvaziamento de sua constituição pública, assim como já observaram Richard Sennet (1988), Paulo Gomes (2001) e Andrea Semprini (1999). Tal esvaziamento, porém, não se explicita como a não ocupação e o não uso do espaço. A manifestação nele é pura comunicação e presença compartilhada. O que deixamos de ver, ofuscados pela normatividade das estruturas herdadas, e confundidos pelo “agenciamento difuso e tentativo que penetra e modifica a estruturação das relações sociais” (RIBEIRO, 2008, p. 201). Vivencia-se certamente uma atmosfera anuviada entre o comportamento público e o privado, que ao mesmo tempo nos faz lidar com a indiferença e a produção da distinção.

Se, em público o cidadão pode portar uma máscara impassível e na rua se comportar com indiferença ao olhar dos outros, ele não é menos estimulado no seu lugar privado por seus contatos estrangeiros. E suas certezas são abaladas pela presença dos outros (SENNET, 2011, p. 31).

A vida mediada pelo espaço virtual – de fluxos, como denominou Manuel Castells (1999), alarga as dimensões e desencaixa as relações de seus territórios. A geografia da cidade se tornou complexa demais, atravessada por planos diferenciados (globais, nacionais e locais, étnicos, sociais segmentados, etc.), com dinâmicas de usufruto e negação, ocupação e contenção.

Com esse objeto desafiador, neste texto busco compreensão sobre espaço social metropolitano, direcionando a observação para as feições do seu compartilhamento sociogeográfico de articulação, no qual a rua – ou, pelo menos a feição de rua – é o principal cenário. Por isso, direciono a observação para situações de encontro das pessoas como cidadãos, buscando analisá-las como lugares de consumo, evento e passeio².

O referencial metodológico no qual se assentou a investigação, pode ser descrito como Geografia Social. Trata-se de um campo temático de Geografia Humana, porém pelo fato de orientar a análise para a interferência ativa das relações sociais no espaço geográfico, de sistemas de ações e relações espaciais de um grupo (DI MÉO; BULÉON, 2007), a pesquisa é nutrida por procedimentos e conceitos para dar luz à articulação entre materialidade e imaterialidade desse espaço, à relação entre sociedade e os diferentes atores no espaço em suas diversas feições, como a natureza, o meio, o espaço da vida, territórios, lugares e paisagens.

Neste campo de pesquisa o termo mais amplamente referido é o de espaço social, aquele que “articula o social e o mental, o teórico e o prático, o ideal e o real” (LEFEBVRE, 2008, p. 41). Este termo também é bastante referido pelas formulações delineadas por Pierre Bourdieu (1989, p. 131), que o concebe como uma topologia social, à maneira de um espaço geográfico recortado por regiões, “fundadas em princípio de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social”. A noção de ocupação de uma posição nesse espaço, de que se é proprietário de certa valorização no contexto social possibilita considerar como um ato comunicacional. É a representação de uma ideia, um valor. Serve tanto para compreender a vinculação da posição material, na geografia mais absoluta, como o seu deslocamento no campo das ideias sobre a distinção do grupo ou da pessoa num contexto socioespacial.

Esse espaço é sociocultural, como Andrea Semprini argumenta –, em ascensão enquanto declinam as ações e ideias de espaço público, apoiados no modelo político. No modelo sociocultural o ordenamento público perderia sentido. Desta forma, o compartilhamento das mesmas opiniões e projetos, de se possuir referências em comum seria moldador do espaço sociocultural.

No modelo político tradicional, a definição de cada grupo, de seus interesses e de sua trajetória eram relativamente previsíveis. Isto se torna mais difícil num contexto onde as variáveis – étnicas, raciais, religiosas, sexuais, culturais – que definem a formação dos grupos e as respectivas reivindicações são por definição dinâmicas, interativas e contextuais. A afiliação a um grupo pode ser temporária e os indivíduos podem pertencer a diversos grupos. Com frequência, o único aspecto que unifica todas essas entidades é sua posição marginal em relação ao centro do espaço sociocultural (SEMPRINI, 1999, p. 119).

A análise desse espaço social e cultural também se apoia em dois outros conceitos importantes: o de representações e o de território. O primeiro, justo porque esse contexto

² O levantamento de campo da pesquisa contou com a participação dos alunos Yazana Guaresi e Rai Nunes dos Santos.

está impregnado de significados, sentidos e perdas de sentido e o segundo, porque o movimento nesse espaço social é de ocupação, percurso, efemeridade, reocupação e coexistência de múltiplas referências, à maneira de como tem se expressado a multiterritorialidade e a microterritorialidade no meio metropolitano.

Muito embora, pouca coisa escape ao campo das representações, por que envolve o conhecimento, é o campo da reflexão inexoravelmente ligada ao significado das coisas, à produção da ideia, à produção de sentido (LEFEBVRE, 2006). A noção, a ideia em sentido amplo, e o conceito, a concepção precisamente elaborada, estabelecem vínculos fundamentais com o campo cultural, o campo da criação, da compreensão do vivido. Viver implica em representar e ao mesmo tempo transgredir a própria representação, tem a ver com a produção de significados. Uma vida plena de sentido é naturalmente reconhecível em comunidades pequenas e tradicionais, mas na complexidade do cotidiano moderno, o sentido vem permeado, reelaborado por instituições e meios produtores de ideias e mensagens.

A cultura compreendida em Geografia foi inicialmente vista como conteúdo de paisagem, reconhecida, caracterizada e comparada e a sua abordagem foi predominantemente morfológica. Compreende-se atualmente que além das feições estuda-se a cultura pela ação, pois ela se origina da ideia de cultivar, de fazer uma ação no espaço, transformá-lo, produzir um habitat, paisagens com identidade e lugares denominados, por terem resultado das inúmeras formas de mediação. A ação transforma, produz forma e se o que é feito não é consumido, então permanece, se propaga, pode ser capturado, memorializado.

A ação em grupo é o que mais evidentemente constitui cultura. A prática espacial na cidade, a apropriação e ocupação do espaço cria por meio da articulação entre ação e ideia o território, que tanto pode ser o que nos junta em convívio, como o que nos separa. Uma oportuna hipótese de trabalho é que ele dependeria da natureza do compartilhamento que se faz. Ou seja, distintas territorialidades coexistem desde que não se pretenda a mesma coisa com elas. Quando, porém, houver disputa de áreas e o que elas contêm, quando a finalidade da territorialidade buscada for a mesma, certamente aparecerá a necessidade de solucionar o conflito (HEIDRICH, 2013). Esse aspecto teve importante referência para a pesquisa, na medida em que envolveu a indagação sobre o compartilhamento no espaço social, sobre a convivência com muitas situações de diferença.

O ESPAÇO-LUGAR DO CONSUMO

O consumo, uma prática comum no mundo moderno, não é apenas reflexo das condições materiais que separam as classes, é também bastante mediado por aspectos de aparência e estilo de vida aos quais os grupos se vinculam. Compreendendo como Pierre Bourdieu (2011, p. 164), que “as condições diferentes de existência produzem *habitus* diferentes” os capitais social, simbólico e econômico articulados, possibilitam a indivíduos e grupos eleger seu lugar cotidiano de consumo. As mudanças geográficas da cidade nos dizem que o lugar da prática do consumo na cidade é aquele que possui o atributo da centralidade, o local que possui maior concentração de atividades, um espaço de atração.

Pode ser entendido também como área que gera e mantém fluxos, de pessoas, capitais, mercadorias, informações, etc. A situação nos remete à consideração de uma hipótese: de se combinarem o lugar de distinção e a centralidade. Buscamos verificar isso considerando quatro tipos de centralidade: o mercado tradicional do centro urbano, o mercado popular, a centralidade tradicional dos eixos viários de grande fluxo e o *Shopping Center*.

O *Mercado Público* já foi o lugar da compra diária e da centralização do comércio e na atualidade converteu-se em mescla de compras populares, de especialidades e centro de manifestações culturais e passeio turístico. Nele se comercializam artigos de tradição, produtos de artesanato e culinária regional e étnica, convertendo-se, por isso, também em centro de atenção turística. É nesse sentido também um lugar de consumo cultural. O seu entorno tem sido objeto de reformas, no estilo de gentrificação, com implantação de deques e chafarizes, buscando-se acondicionar o espaço de entorno e apropriá-lo ao consumo.

A função central de nossas cidades tem sido palco tradicional da geração de renda por meio da informalidade. O crescimento desse setor nas últimas décadas tem gerado muitas reações e conflitos. Numa espécie de estratégia de assepsia, implantam-se os chamados camelódromos – centros de compras populares – a fim de se retirarem os vendedores das calçadas e da concorrência desleal com os comerciantes tradicionais. Nas novas instalações os transeuntes não fazem mais compra espontânea, não planejada e feita na rua. No *Centro Popular de Compras* – o *Popcenter*, em Porto Alegre – as instalações ainda carregam o estilo de comércio de rua. O popular se revela pelo aspecto das instalações, o preço e o modo de apresentação das mercadorias, pela expressividade simples dos comerciantes e o jeito apressado dos clientes que revelam o trânsito de trabalho e afazeres comuns de transeuntes dos centros urbanos. Alguns aspectos ganham similaridade à organização de um *Shopping Center*, de lojas consorciadas em espaço fechado, mas distinguem-se pelo estilo popular. Trata-se, porém, de um fechamento de fora para dentro, condicionado, de retirada do comerciante informal das ruas.

Os centros de comércio de bairro tendem a reproduzir as características dos centros da cidade e herdaram essa funcionalidade mesmo após o advento da instalação dos estabelecimentos de Centro Comercial e *Shopping Center*. Nos grandes eixos viários a aceleração da cidade sobressai-se sobre a vida de bairro, normalmente onde se concentram as casas de comércio dispostas ao longo das avenidas de intenso fluxo de transporte urbano; proximidade a pontos de articulação com outras vias; comércio de bens de consumo semiduráveis (principalmente artigos de vestuário) e duráveis (móveis e eletrodomésticos). Também há estabelecimentos ligados à reprodução social das famílias, como imobiliárias e agências bancárias, assim como estabelecimentos de serviço e de comércio de não duráveis. Combina-se a descentralização derivada da expansão das atividades econômicas do centro histórico e a consolidação do perfil de comércio de classe média e média baixa. Não é raro encontrar também o comércio informal das mais diversas quinquilharias.

O cotidiano mescla o caminhar apressado dos transeuntes em direção a seus locais de trabalho, da escola ou da busca por atendimento imediato de necessidades burocráticas, financeiras ou de saúde. O que se vê no caminhar é também similar no trânsito de veículos, pois o lugar não é de passeio. Na paisagem não se vê enunciado de favorecimento ao tempo

lento. O espaço é tomado de anúncios em painéis e cartazes e, não raro, também pelo apelo de algum vendedor. Os estabelecimentos que oportunizam a experiência de estar no lugar não oferecem o tempo da permanência, pois são as lanchonetes e os estabelecimentos de *fast food*, de consumo rápido. Nestes lugares não apenas estão instalados os negócios e o comércio dos dois circuitos da economia urbana (SANTOS, 1979), bem como é ponto de articulação dos mesmos. Evidencia-se neles o compartilhamento da vida de reprodução das famílias, que as interliga ao espaço social da cidade e ao espaço-mundo urbano. Por isso, não é demais reconhecer nesse espaço também o atributo do ‘entre-lugar’ (BHABHA, 1998). Ali, muito menos é lugar de manifestação de um estilo para a sustentação de uma posição e muito mais se está ligado a um estilo de reprodução condicionada.

O *Shopping Center* é costumeiramente visto como espaço protegido, onde seu enunciado não atua apenas em conteúdos de coisas para comprar, mas também por aspectos sensoriais e perceptivos (CANEVACCI, 2005). Trata-se de espaço que contém o atributo do espaço fechado – certa espécie território – do controle e da vigilância privada. É empreendimento destinado a evitar inconvenientes à prática do consumo. Tem a ver com a produção de uma cidade idealizada, “repleta apenas de cidadãos consumidores, sem vestígios de pobreza e deterioração, uma ‘cidade’ onde (...) o consumo é simultaneamente de mercadorias e imagens, como se tudo passasse, antes de qualquer coisa, pelo filtro e pela égide do consumo (e não da produção)” (FRÚGOLI JR, 2013, p. 77).

Além dos atributos de fechamento e controle, e da adequação técnica orientada para a realização do consumo, estes centros de compra são produtores de centralidade, ao contrário de buscarem localização nos centros tradicionais. Muito embora esse tipo de local tenda a se difundir, por diversas classes de consumidores, as centralidades que constituem, na maioria dos casos associam-se ao uso do veículo particular. O estilo dos estabelecimentos pode ser notado de duas maneiras: o que se revela no ambiente projetado, construído, e o que se revela como paisagem, da qual faz parte a própria circulação dos consumidores e usuários. O *Shopping Center* é conformado para favorecer a circulação sem, contudo, fazer com que o funcional destitua o ambiente de certa harmonia e embelezamento. A ornamentação, por mais que varie a temporalidade com a qual foram concebidas em cada *shopping*, também aproxima os estilos. Trata-se de imitar no espaço o aspecto da rua, pelo uso de floreiras e ajardinamento, sempre renovados. Climatização, iluminação e limpeza frequente remodelam, porém, a ideia de rua. Os usuários desse espaço, de modo geral diferem do usuário do mercado tradicional e da loja de rua, da pressa tão comum de se observar no caminho do compromisso. O usuário do *shopping* dirige-se a ele, desloca-se para ele. Dá a entender que se assimila para esse espaço a demanda de certo tempo para seu uso. Também, a depender do horário, o transitar é muito mais assemelhado ao passeio e ao lazer.

Podem-se ver, então, os lugares do consumo como lugares de distinção, que revelam uma posição no espaço social da cidade. Em cada um deles se identifica um conjunto de enunciados e claramente uma convergência de estilo de vida. E, como isso se espalha de acordo com a ordem da diferença pela cidade, esta é autenticamente uma ‘obra’ – um espaço-paisagem – polifônica.

OS ESPAÇOS-TEMPOS DO EVENTO

Milton Santos expôs com clareza sobre a importância do evento para dar conta do movimento no espaço. Para ele, o 'lugar' é o depositário final, obrigatório, do evento (1996, p. 115). O lugar de nossa reflexão, uma metrópole regional, tem nos seus eventos um diálogo com essa condição. Lidamos com eventos tradicionais – oficiais – desse espaço, assim como com os que se pode justamente reconhecer como autênticos eventos, por terem sido inusitados, completamente novos.

Dentre os eventos normais, próprios da cidade, pode-se classificá-los em: esportivos, culturais e artísticos, religiosos, feiras e festas. Estes grupos ainda podem ser pormenorizados por suas vinculações e especificidades, mas de modo geral possuem respaldo local por instituições e comunidades (por exemplo, a Feira do Livro de Porto Alegre) e, alguns, em especial, expressam articulação com tendências mais globais (por exemplo, a Parada do Orgulho *Gay*).

Dentre os eventos fora de calendário oficial, pode-se identificá-los por carregarem o objetivo da manifestação. São de dois tipos: um tipo, de aspecto inovador, consiste nas mobilizações ou práticas espaciais para difusão de ideias e realização de protestos; e o outro, mais conhecido, os atos em defesa ou reivindicação de direitos.

Como o universo deles é grande, comenta-se a seguir a leitura que fizemos de três eventos de calendário, tradicionais e de maior relevância para Porto Alegre – o Desfile de Carnaval, a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes e o Acampamento Farroupilha – e três inovadores, também, já importantes para a cidade: o carnaval de rua, o Largo Vivo e o Massa Crítica.

a. Os eventos tradicionais

O carnaval de Porto Alegre, nos moldes até hoje encontrados, tem início a partir do ano de 1960 com a fundação da Academia de Samba Praiana, havendo a troca do espetáculo de rua que acontecia em bairros para uma maior organização através de alas, comissões e samba-enredo. Os primeiros desfiles dessas escolas aconteceram no Centro Histórico e, atualmente, em espaço cênico voltado exclusivamente para a realização do desfile, em área afastada do centro da cidade. O desfile possui organização bastante similar ao que ocorre nas cidades em que esse espetáculo, e com essa modalidade, é mais difundido, como Rio de Janeiro e São Paulo.

Previamente ao desfile oficial ocorre outro, de caráter mais festivo, envolvendo de modo mais espontâneo a participação popular: a descida da Borges, que reúne algumas escolas, em datas de fim de semana, no centro da cidade, local onde originalmente se realizavam os desfiles oficiais e após a realização oficial do desfile e do concurso, em data posterior realiza-se a Muamba – o desfile das campeãs, um evento que reuniu em suas últimas edições, bem mais de 100.000 pessoas.

As mudanças ocorridas desde o ano de 1960 nesta festividade não aboliram do carnaval porto-alegrense a sua origem: o povo. Enquanto, naquela época a classe elitizada recorria aos grandes bailes de carnaval ocorridos nos clubes da cidade, as classes mais populares participavam da festa através dos desfiles a céu aberto, servindo de molde para o que se tem hoje no Complexo Cultural Porto Seco.

O público presente não se assemelha ao que se presencia nos espetáculos mais conhecidos do carnaval brasileiro, de forte presença de turistas. São os apreciadores do samba e do carnaval em maioria. As arquibancadas tornam-se espaços do compartilhamento social: unem-se ali, pessoas de diferentes idades e de diferentes escolas que levam consigo o objetivo principal do prazer pela festa do carnaval. Esse espaço, polifônico, é vibrante, atuante e, sobretudo compartilhado, sem o clima de concorrência que perdura no dia da divulgação dos resultados, mas sim pela alegria de presenciar um evento que traz consigo a marca da identidade de um povo que sempre foi excluído e que vê no carnaval o seu momento de se tornar principal, de ter a sua história abrangendo outras pessoas, outros espaços.

A Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, considerada Patrimônio Imaterial de Porto Alegre, reúne milhares de pessoas das mais diversas classes e credos. Trata-se, porém, de evento do calendário oficial da cidade e conta a participação ativa da Igreja Católica. A festa ocorre sempre ao dia 2 de fevereiro, feriado no município e coincide com as festividades Iemanjá, das religiões de matriz afro-brasileira.

Já cedo da manhã deste dia inicia-se a festa com a celebração de uma missa, onde milhares de pessoas tomam conta do centro de Porto Alegre. Vendedores informais procurando os melhores pontos de passagem, e os fiéis buscando melhor ângulo na frente da Igreja do Rosário. Fiéis e trabalhadores compartilham o mesmo espaço hoje, uns para cativar sua fé, outros, para aproveitar a oportunidade de geração de renda.

Embora essa festa tenha ocorrência em muitos outros locais não apenas do país, possui aspectos de forte vínculo local, como a sua representação com as imagens da cidade: as duas igrejas – de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora dos Navegantes, trajeto por barco pelo lago Guaíba desde o centro da cidade até o Bairro Navegantes, o cenário da ponte móvel como plano de fundo da paisagem da festa. Tais referências transformaram-se em autênticos geossímbolos que amalgamam a festa dos Navegantes a Porto Alegre e esta cidade à própria festa.

Participam da festa pessoas vindas das mais distintas áreas de Porto Alegre, com diferentes níveis de instrução, idade, assim como também há relevante participação de moradores dos demais municípios da região metropolitana. Esta composição traz a marca do regional, notadamente pela presença do chimarrão, um hábito frequente não apenas no ambiente doméstico, mas presente nas ruas, em especial em situações de passeio e eventos como este. É possível notar forte devoção em muitas pessoas. Algumas andam descalças sob o asfalto quente, outras carregam fotos e imagens da santa. O compartilhamento chega ao seu ápice na parte religiosa, à medida que mescla a presença de católicos e devotos das religiões Umbanda e Batuque.

A transformação das ruas em espaço sagrado, ao mesmo tempo fortalece a definição dos espaços profanos ao redor, uma vez que o mercado do sagrado se faz mais uma vez evidente durante a procissão. Em todo trajeto é notada a presença dos vendedores, alguns circulando no meio da multidão, outros com barracas próprias, mas ao fim, todos mais interessados em poder fazer um aumento de renda neste dia de festa. A paisagem marca alguns contrastes de devotos, trabalhadores e autoridades, ocupando o mesmo espaço físico neste dia.

Quando a missa termina, vislumbra-se essencialmente a confraternização. Para Zeny Rosendahl, “o fato de pessoas fazerem o culto juntas, orarem no mesmo lugar, ou fazerem parte de uma paróquia não acarreta necessariamente um sentimento de integração e de uma comunidade religiosa” (ROSEND AHL, 2002 p. 66). Desta forma, o evento extrapola a natureza da sua realização. Transforma o espaço, favorece o compartilhamento ocasional e mescla intencionalidades.

O **Acampamento Farroupilha** ocorre desde 1981, juntamente com a inauguração do Parque Harmonia onde se realiza o evento, uma área de lazer que reproduz cenário de ambientação rural-campeira na cidade de Porto Alegre. Ocorre anualmente durante a Semana Farroupilha, a qual sempre culmina com a data de 20 de setembro, ocasião em que se festeja o aniversário daquela revolução. Junto às paisagens do Parque, já ao início do mês de setembro inicia-se a instalação de galpões, aparelhados com artefatos tipicamente campeiros e apropriados para a realização de festejos que envolvem principalmente a culinária, o folclore, as danças típicas e a memorialização dos fatos e atos relacionados ao regionalismo gaúcho.

Na origem da constituição do evento os participantes dirigiam-se espontânea e livremente ao parque e instalavam barracas nos espaços que melhor lhes convinham. Atualmente já integra o calendário oficial da cidade e passou-se a definir parâmetros mais rigorosos para garantir a realização de um evento com mais organização. Com isso, ganha ares de espetáculo, havendo também variadas perspectivas de realização de negócios, notadamente a venda de artigos artesanais, promoção de lugares turísticos e gastronomia. Torna-se, por isso, evento de referência turística da cidade e do Estado do Rio Grande do Sul.

No Acampamento há bastante controvérsia sobre estilos, alguns mais ortodoxos ao culto do que seja genuinamente gaúcho, discussões que consideram aspecto de vestuário e a variação musical, principalmente. Estar ou visitar o Acampamento proporciona uma visão mais complexa do que sejam o tradicionalismo e o regionalismo gaúchos. Como evento, como festa, ocorre não apenas como celebração e materialidade, mas também revela a força de modos de viver, de estilo de vida, de vida cotidiana e idealização da identidade.

Também se nota a contrariedade com algumas modificações que envolvem a presença de elementos distantes do que seja típico, como a presença de instituições financeiras e outras atividades por motivos de publicidade. Têm-se a impressão de que, embora ainda possamos distinguir o gaúcho por seus elementos culturais remanescentes (a indumentária, a presença do cavalo, a rotina campeira) este vive um cotidiano, ao menos, duplo, juntando-se à vida normal da metrópole.

b. Os eventos inovadores

O evento autêntico, aquele que traz novidade ao espaço é o que não reproduz um movimento das relações e fatos acomodados, bem encaixados. Ele altera o movimento inercial. Os eventos desse tipo contêm a intencionalidade da apropriação do espaço por novos atores, não apenas agentes. Assim têm ocorrido com o surgimento dos novos carnavais de rua da cidade. Não são poucos, porém, dois deles ganharam maior repercussão na cidade, promovidos por dois blocos: o Bloco Maria do Bairro e o Bloco da Laje. Esses carnavais denotam reação à tendência de desaparecimento do antigo carnaval de bairro, por razões como regulação do evento de rua, do encarecimento da promoção. Surgem como perspectiva de retomada de festa com envolvimento de participação popular no acompanhamento de blocos de rua. Eles produzem uma retomada da apropriação do espaço, distante da territorialização dos espaços oficiais e de espetáculo.

O **Bloco Carnavalesco Maria do Bairro** atua na cidade desde 2007. Trata-se de uma festa popular, um autêntico carnaval feito para acontecer a brincadeira, a dança e a música de carnaval. A festa tem ocorrido na Cidade Baixa, tradicional bairro de concentração de bares da cidade. As bandas apresentam-se em um caminhão de som, ao estilo dos trios elétricos. Com frequência, reúnem grupos de artistas da cidade – músicos, cineastas e escritores.

O **Bloco da Laje** é outro grupo praticante de carnaval de rua, que manifesta clara intencionalidade de ocupação do espaço juntamente com a prática da festa. É autenticamente uma ocupação de espaço-tempo, pois marca a cidade por sua prática de carnaval bastante irreverente, notadamente pela veiculação de músicas elaboradas justamente para aquela festa, com conteúdo irônico, reflexivo e contestador. O grupo tem atraído expressivo número de componentes e possui um núcleo organizador com participação de artistas, em especial do segmento de artes cênicas. O bairro Cidade Baixa é um dos locais de seu desfile, mas o grupo também marca presença em outros bairros, como em 2015, quando promoveu seu desfile no Rio Branco – um bairro de classe alta, que antes de ser objeto de Reforma Urbana, abrigava a Colônia Africana, um espaço de moradia de população afrodescendente, muitos deles, trabalhadores nas mansões da cidade. Da seguinte forma, divulgam a concepção da sua formação:

A laje é “um jeitinho” ao crescimento indiscriminado das cidades e aos altos preços dos imóveis nas áreas urbanizadas (...) O também conhecido “puxadinho”, algumas vezes, ajuda a equilibrar a economia doméstica, via aluguel de um pequeno cômodo ou algo assim, mas, na maioria dos casos é onde a população recebe os amigos, para aquele churrasquinho ou feijoada de final de semana. Resumindo, é o espaço das sociabilidades. O Bloco da Laje nasceu do desejo de um grupo de amigos de ocupar a rua e restabelecer a alegria do carnaval de bloco, pé no chão, pé na realidade. Nasceu no “puxadinho”. Nasceu na laje, por imanência ou contingência da vida. Vida que pulsa, pulsa e rebenta surda aos apelos de civilidade e ordem. Nesse caminho de tensão e intensificação do pensamento é que me aventuro a afirmar que o Bloco da Laje já nasceu predisposto ao transgressivo, ao libertário e ao diverso (BLOCO DA LAJE, 2017).

Largo Vivo é um evento literalmente de ocupação de espaço, de ocupação da rua que teve início em 2011. Trata-se de uma prática espacial de diferentes grupos, o que mais afinadamente se pode designar como tribos, conforme a definição de Michel Maffesoli. Para ele, a espacialidade desses microgrupos “... se faz a partir do sentimento de pertença, em função de uma ética específica e no quadro de uma rede de comunicação” (MAFFESOLI, 1998, p, 194). Assim, as diferentes tribos, grupos de amigos, bandas, turmas de ciclistas, praticantes de malabarismos, grafiteiros, tatuadores, etc., produzem uma ocupação da rua, com suas apresentações, performances, para estar junto, manifestarem um uso do espaço não regrado, à maneira de seus estilos, de vestir, de dançar, de compartilhar o consumo de bebidas e alimentos, sentar no chão.

A ocupação consiste em convivência entre turmas de jovens, principalmente. O espaço costumeiramente elegido para a prática é o Largo Glênio Peres, uma praça seca junto ao Mercado Público de Porto Alegre. Esse local tem sido objeto de uso privado e reformas que o tem tornado orientado para a prática do consumo, com a instalação de deques que estendem o espaço de restaurantes, bares e lanchonetes e de um chafariz linear, que, embora acionado eventualmente, cria obstáculo para a prática do comércio ambulante o local.

Desta forma, a ocupação Largo Vivo manifesta a ideia de ocupação e uso da rua, de ela servir para isso e não apenas de espaço de circulação e consumo, em oposição à tendência de gentrificação dos espaços urbanos. Compõe um autêntico repertório de contestação. Contudo, a prática não possui o estilo do tradicional discurso político. Recorre ao lúdico como linguagem de expressão, manifestação artística e de atividades de caráter festivo.

A ação do movimento **Massa Crítica** é certamente a situação mais discutível para as referências teóricas sobre o fato microterritorial, pois envolve deslocamento variável pela cidade. Não é produtor de um lugar e se traduz como uma prática de ocupação da cidade, do lugar ou do espaço na via pública. A ação compreende o ato de pedalar por um grupo numeroso de ciclistas pelas ruas da cidade. É, assim, como a prática de ocupação Largo Vivo, uma manifestação cultural desta cidade, mas em diálogo com tendências extraterritoriais.

Massa Crítica é um movimento que ocorre sempre nas últimas sextas-feiras de cada mês em diversas cidades do mundo. Trata-se de um percurso realizado por simpatizantes do uso da bicicleta como alternativa de transporte, que prega a diminuição do uso do automóvel e de estilo de vida sustentável. O que aproxima o evento da microterritorialidade é a ocupação do Largo Zumbi dos Palmares, às sextas-feiras últimas de cada mês e, como o trajeto envolve certa repetição ocasional, também se aproxima desse sentido na escala da cidade. Como nos demais casos de eventos inovadores, além da promoção de um estilo, evidencia-se a intencionalidade de comunicar a prática da ocupação e de influenciar, duas das mais importantes propensões da territorialidade humana enunciadas por Robert Sack (1986)

O ESPAÇO DO PASSEIO - ESTILOS DE VIDA E MARCAÇÕES NO ESPAÇO

O espaço social da metrópole pode ser visto como um autêntico campo de coexistências. Embora preenchido de fatos comunicacionais, não são necessariamente de diálogo

participativo no sentido de promover coesão. Reúne contextos diversos, sobrepostos e multiterritoriais que expressam ao mesmo tempo modalidades de convívio e usos segmentados do espaço urbano.

Com esta compreensão, comenta-se a seguir o que se pode conceber por estilos de vida presentes no ato do passeio que estão vinculados a três diferentes lugares na cidade de Porto Alegre. Todos eles transitam e situam-se no limiar do microterritorial, ora se aproximando, ora se afastando. Os eventos e seus respectivos lugares são: o passeio e o lazer na **Rua Padre Chagas**, no Bairro Moinhos de Vento, a **Feira Ecológica do Bairro Bom Fim** e o passeio junto a **orla do Guaíba**.

Como temos visto, é notadamente na metrópole ou na grande cidade que se oferecem as mais amplas possibilidades da diferenciação e, noutro sentido, proporciona a experiência do multipertencimento. Nela, “[a]s pessoas têm uma experiência complexa, movem-se em múltiplos planos, articulam-se a redes diversificadas e suas identidades não são homogêneas nem se desenvolvem de modo unilinear” (VELHO, 2010, p. 20). Trata-se, pois, de um contexto que permite ao mesmo tempo as pessoas se ver mimetizadas em massa, reiterarem suas opções e estilos de vida, e persigam seus pertencimentos.

O consumo cultural é um aspecto do estilo de vida.

Em matéria de consumo cultural, a oposição principal, segundo o volume global do capital, estabelece-se aqui entre o consumo, designado como *distinto* por sua própria raridade, das frações mais bem providas, ao mesmo tempo, em capital econômico e em capital cultural, por um lado, e, por outro, o consumo considerado socialmente como *vulgar* – por ser, a um só tempo, *fácil e comum* – dos mais desprovidos nesses dois aspectos do capital; e, nas posições intermediárias, encontra as práticas destinadas a aparecer como *pretensiosas* pelo fato da discordância entre a ambição e as possibilidades de sua realização (BOURDIEU, 2011, p. 167).

No entanto, se essa compreensão de espaço social está mais próxima de um jogo em âmbito social, é necessário ressaltar que o estilo de vida associado a posições nesse conjunto ocorrem em evidente geografia, em marcações que expressam usos, práticas e suas representações, aspectos que temos compreendido como territoriais (HEIDRICH, 2013). Isto é o que se observa no passeio da Rua Padre Chagas. De modo similar, não tanto por revelar capacidade de consumo, mas muito mais por opção, escolha de um estilo e, também, de uma concepção de prática, é o que se observa em relação à Feira Ecológica do Bom Fim e à celebração da Massa Crítica.

A **Rua Padre Chagas** localiza-se no Bairro Moinhos de Vento, em Porto Alegre, hoje um bairro de *status* social de classe média alta. Formou-se a partir da expansão urbana da cidade em área anteriormente ocupada por imigrantes açorianos que ali se fixaram, plantavam e moíam trigo. Posteriormente, na primeira metade dos anos 1900, foi sendo ocupado por residências da elite comercial, financeira e industrial da cidade. Ainda se vê conservada a arquitetura desta época em várias residências e, muitas delas, mansões. Vários estabelecimentos da Rua Padre Chagas estão instalados em tais prédios. Atualmente é lugar de consumo de elite, em poucas lojas com artigos de moda, e vários restaurantes,

cafés, rotisseries, bistrôs e pequenos mercados de produtos especiais, como vinhos e outros produtos alimentícios importados.

Já se produziram autênticas representações a respeito do lugar, notadamente pela alcunha de Calçada da Fama e Rua da Moda, entre outras. Contudo, não se quer dizer com essa descrição que o lugar seja de passeio exclusivo de classes sociais de elevado poder aquisitivo. Não se trata de um território fechado, mas a frequência habitual de pessoas com vestuário de estilo em moda, portando novidades, também em seus aparelhos telemóveis, além do custo mais elevado do consumo nos leva a considerar que pela representação que se produz, o lugar adquire notável aspecto microterritorial, em franca distinção de outros locais de compartilhamento da rua na cidade.

A **Feira Ecológica do Bom Fim** realiza-se todo sábado pela manhã, junto ao Parque Farroupilha no bairro desta mesma denominação. Por sua tradição, tornou-se lugar de grande reconhecimento, já que aos domingos ali também se realiza uma feira de artesanato e de antiguidades. O compartilhamento desse espaço é comum a pessoas de classe média, estudantes, intelectuais, que muito embora conte com boa presença de moradores dos bairros Bom Fim e vizinhos, para ali acorrem consumidores de locais distantes, com seus automóveis, produzindo-se um fluxo intenso de trânsito lento.

A feira teve início em 1989 e vem se mantendo em crescimento não apenas de consumidores, mas também em termos de espaço-tempo já característico da cidade. Além de local de consumo, é também de encontro, de bate-papos em frente às bancas, que incluem troca de saberes em relação a práticas de cultivo, uso de ervas medicinais ou temperos, preparo de alimentos, leituras e ideias de sustentabilidade. Por isso, a Feira combina evento, prática de consumo e passeio. De modo semelhante ao espaço da Rua Padre Chagas, não se trata de território fechado, mas tão somente de marca desse espaço-tempo: a Rua José Bonifácio aos sábados pela manhã é microterritorialidade de consumo agroecológico. O usuário desse espaço pode ser aquele que de algum modo ou instante de seu cotidiano porta identidade com esse universo.

A **orla do Guaíba** é pontuada por diversos locais de urbanização com parques, praias onde o 'estar junto' em fim de semana é recorrente. A seguir comenta-se a leitura que se pode fazer do texto da paisagem em três locais: junto à Usina do Gasômetro, ao Museu Iberê Camargo e à Praia de Ipanema.

Nos locais mais próximos do centro da cidade, principalmente, possui infraestrutura favorável a realização de eventos como a margem junto a Usina do Gasômetro e o Anfiteatro Pôr do Sol. Além de eventos, a orla é ocupada para a prática de esportes de lazer (passeio de bicicleta, patins), futebol e vôlei, o simples passeio e estar junto de moradores da cidade e região metropolitanas e até mesmo, turistas.

Nas proximidades da Usina do Gasômetro a presença de público é sempre intensa. O espaço está bastante apropriado para o passeio e a prática de esportes. Há notável presença de publicidade de artigos de multinacionais junto ao mobiliário urbano que se mescla a poucas esculturas. O espaço-tempo se revela pela diversidade de estilo, ora pela ocupação diferenciada por grupos de usuários em rodas de conversa, ou manifestação estética.

Outro ponto de bastante atração junto à orla fica em torno do Museu de Arte Iberê Camargo. O próprio Museu é o lugar do passeio, mas junta-se a sua frente aos finais de semana um número sempre grande de pessoas em movimento de passeio em prática de contemplação da paisagem do lago. É maior a concentração quanto mais se aproxima o pôr do sol e também é notável a presença de rodas de chimarrão. Todavia o estilo já não é tão popular como junto à Usina do Gasômetro, apesar dos resíduos de rituais religiosos que se vê à margem e nos espaços ajardinados. A mobilidade para o local depende bastante do deslocamento por automóvel, não apenas por sua localização mais distante de linhas de ônibus, mas também por ser um museu de arte e caracterizar certa distinção delineada pela apropriação de capital econômico e cultural dos que normalmente o frequentam.

O Bairro Ipanema, junto à praia de mesmo nome, é ponto grande atração de lazer e inclusive de visitação turística. É um dos passeios mais recorrentes em finais de semana de tempo bom. Ali se fazem caminhadas, passeio de bicicleta, um pouco de esporte náutico, encontro de famílias. Ao longo da Avenida Guaíba, onde se dá a prática do passeio mesclam-se residências, bares e restaurantes. Há certa divisão do espaço. Junto aos bares e restaurantes o consumo por usuários com poder aquisitivo para o lazer de consumo de classe média e no passeio de calçada, quem vem a passeio apenas, ou para o consumo de calçada. Nos dias normais da semana, o espaço volta a ser apropriado pelo morador do próprio bairro.

APONTAMENTOS

Pelo que se compreendeu com esta investigação, o espaço social da cidade é produto de um âmbito multifacetado de referências sociais mescladas a sua geografia, um conjunto de localizações que expressam práticas de apropriação que, todavia, não são apenas do lugar em si, mas de espaços-tempos. Ao mesmo tempo em que a geografia da cidade se faz como um plano de articulação, com técnica que propicia circulação e conexões e torna o cotidiano urbano um complexo modo de vida, as possibilidades obtidas pela produção de mundos diferenciados, fazem do espaço social se constituir num emaranhado de posições em que o jogo de apropriação e evitação é produtor de estilos. Do que se viu, tais estilos são transferidos aos lugares, possuídos de conteúdo de espaço-tempo do cotidiano. Desse modo, de manifestação vinculada a indivíduos e grupos, também a geografia ganha esse aspecto. Quer dizer, eles podem ser produzidos para uma finalidade, mas o compartilhamento associado ao jogo de apropriação/evitação, mediante as práticas de uso e ocupação conferem-lhe expressão, às vezes duradoura, outras apenas momentâneas. Desse modo social e geográfico, o espaço da cidade é um complexo que junta *sobreposições* e espacialidades encaixadas.

Também se compreende que essa produção, por estar ligada fundamentalmente a práticas do espaço marca as suas feições materiais. Permite, desse modo, produzir imaginários e representações, vinculá-los a denominações carregadas de estilo e até mesmo produzir alguma alcunha com “tonalidade” estereotipada. Pudemos verificar que práticas

de consumo, manifestações de ideia e adoção de estilos de vida constituem aspectos que conferem atributo à geografia social da cidade. Se as grandes cidades podem ser *locus* das diferenciações, a leitura que seu espaço propicia, de se ver ao mesmo tempo articulação e desencontro, conexão e diferença, nos mostra que a coexistência não é sinônimo de coesão. Sua ampla espacialidade não é mais expressão de um pacto civilizatório.

Nestes termos, se coubesse uma indagação sobre o que se compartilha nesse espaço social, em relação à escala do lugar é o que é micro, mas em relação à escala global é o micro generalizado, espalhado, repetido, de possibilidade de reconhecimento além-territórios. Por outro lado, a microterritorialidade necessita de seu enquadramento histórico, pois os fatos que elas dizem respeito devem se reportar às condições do seu surgimento. A ocupação e o uso que se faz do espaço urbano tem origens antigas em muitos casos, como vimos na Festa de Nossa Senhora dos Navegantes e recentes, como no Acampamento Farroupilha. Veja-se que este se assenta em tradição, mas é evento muito atual, não apenas por sua data, mas por servir de espetáculo e de espaço de consumo. Por outro lado, as manifestações/ocupações Largo Vivo e Massa Crítica só podem ser compreendidas por seu encaixe global de cultura-mundo que esta cidade possui.

Decorre também da observação de algumas manifestações microterritoriais o reconhecimento de que elas são sempre inteligíveis por seus praticantes e somente às vezes para os estranhos ou, pelo menos, não com a mesma ideia. Envolve a lógica de um jogo entre os praticantes/usuários do espaço e repercute para a sociedade em geral com um único aspecto, o de paisagem urbana marcada, ou melhor: multimarcada.

Certas práticas microterritoriais navegam em campo dialético, pois num sentido dizem respeito a ocupações ou usos que destoam do normal e do estabelecido, mas também são estratégias com a intencionalidade de serem aceitas e incorporadas. Não se poderia entender por descabido reconhecer esse aspecto na ideia de sustentabilidade das práticas de feira ecológica e de trânsito de bicicletas, ao mesmo tempo em que também na ideia de distinção proporcionada pelas práticas de consumo enaltecidas pela publicidade (nas suas respectivas espacialidades).

Dentre todos os casos comentados, o que ressoa como aspecto comum a todas as práticas, usos do espaço, ideias difundidas, e que se assemelham a tantos outros eventos microterritoriais é o reconhecimento de uma identidade entre seus atores. Ela expressa o singular do grupo praticante. Porém, o que é ainda mais interessante é o fato de ver o singular se repetir no espaço distante, na outra cidade, quiçá do outro lado do mundo, e na própria cidade o que se repete é a multiplicidade, o multipertencimento, uma multi-microterritorialidade.

O jogo de distinção/apropriação mostra-nos que se amplia nos espaços metropolitanos o estranhamento, a diferença e a segregação. Entre as cidades dessa categoria, no que já se denomina por 'entre-lugar', vê-se a similaridade e o reconhecimento entre os atores de seus lugares, tornando-a, de fato, o espaço-mundo. Parece que precisamos verificar se a essas 'geografias' caberia alguma expectativa política, que espécie de convivência?

REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BLOCO DA LAJE. Disponível em: <<https://blocodalaje.wordpress.com>>. Acessado em: 13 ago. 2017.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel/ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. **A distinção**. Crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2011 [1979].
- CANEVACCI, M. **Culturas extremas**. Mutações juvenis nos corpos das metrópoles. Rio de Janeiro: DP&A, 2005 [1996].
- CARLOS, Ana F. A. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DI MÉO, Guy; BULÉON, Pascal. **L'espace social**. Lecture géographique des sociétés. Paris: Armand Colin, 2007.
- FRÚGOLI JR, Heitor. Os shoppings de São Paulo e a trama do urbano: um olhar antropológico. In: PINTAUDI, S.M.; FRÚGOLI JR, H. (orgs.). **Shopping Centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. 2.ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2013. p. 75-92.
- HEIDRICH, Álvaro L. Aspectos da fratura socioespacial na cidade de Porto Alegre. **Scripta nova. Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v.11, n.245, p.245, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24567.htm>> Acessado em: 13 ago. 2017.
- _____. Território e cultura: argumento para uma produção de sentido. In: HEIDRICH, A. L.; COSTA, B.P.; PIRES, C.L.Z. (Org.). **Maneiras de ler geografia e cultura**. Porto Alegre: Imprensa Livre/ Compasso Lugar Cultura, 2013. v. 1, p. 52-61.
- _____. Vínculos Territoriais - discussão teórico-metodológica para o estudo das territorialidades locais. **Geographia**, Niteroi, v. 19, n. 39, p. 29-40, 2017.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4.ed. Paris: Anthropos, 2000.
- _____. **O direito à cidade**. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2008 [1968].
- _____. **La presencia y la ausencia**. *Contribución a la teoría de las representaciones*. México: FCE, 2006 [1980].
- MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**. O declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. A atualização técnica do urbano. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 5, p. 189-213, 2008.
- ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e Religião: uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.
- SACK, R.D. **Human territoriality**. Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979 [1978].
- _____. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Bauru: EDUSC, 1999.
- SENNET, Richard. **O declínio do homem público**. As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 [1974].
- _____. La civilisation urbaine remodelée par la flexibilité. **Manière de voir**. Le Monde Diplomatique. Paris: SA Le Monde Diplomatique, n. 114, p. 30-34, jan.2010/ dez. 2011.
- VELHO, Gilberto. Metrôpole, cosmopolitismo e mediação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 16, n. 33, p. 15-23, jan.-jun. 2010.